



GÊNERO E SEXUALIDADE NA TEORIA DECOLONIAL DE ANÍBAL QUIJANO: UMA ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS NA IECLB

GENDER AND SEXUALITY IN ANÍBAL QUIJANO'S DECOLONIAL THEORY: AN ANALYSIS OF DISCRIMINATORY PRACTICES IN THE IECLB

Mateus Andrey Dolny*

Júlio César Adam**

Resumo: O presente artigo analisa a relevância das questões de gênero e sexualidade na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano e oferece uma breve reflexão sobre algumas práticas discriminatórias presentes no âmbito da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Para isso, o artigo está composto por três partes principais: primeiro, para fins de contextualização, faz-se uma diferenciação entre Decolonialidade, Pós-Colonialismo e Estudos Subalternos; em seguida, é feita uma análise sobre como gênero e sexualidade são temas importantes para a teoria decolonial conforme o pensamento de Aníbal Quijano; por último, elabora-se uma crítica a algumas práticas de preconceito, intolerância e discriminação presentes na IECLB. O artigo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, de consulta a documentos da igreja e de consulta a páginas em redes sociais de um grupo específico, formado por pessoas membras da IECLB, dedicado a expor e a discriminar pessoas por causa de sua sexualidade ou de seu envolvimento em questões de gênero, sexualidade e ecumenismo. Conclui-se, por um lado, que gênero e sexualidade estão entre os temas fundamentais da teoria decolonial. Por outro lado, diante dos contextos de discriminação apresentados, entende-se que a IECLB precisa se posicionar aberta e publicamente em relação às práticas de violência, preconceito e discriminação sofridas especialmente por pessoas estudantes no processo de formação ministerial da igreja.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Decolonialidade. IECLB. Discriminação.

* Mestre em Teologia pela Faculdades EST. Doutorando em Teologia na Faculdades EST como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: mateus.ady@gmail.com

** Doutor em Teologia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha e Pós-Doutor em Filosofia pela PUCRS e em Teologia pela Universidade de Hamburgo (CAPES/Humboldt), professor adjunto de Teologia Prática na Faculdades EST (São Leopoldo/RS). Pesquisa na área da espiritualidade, religião vivida e mídias. É fundador e coordenador do Beatitude: centro de espiritualidade, psicologia e bem viver, São Leopoldo/RS. Pesquisador PQ CNPq. Email: julio3@est.edu.br



Abstract: This article analyzes the relevance of gender and sexuality issues from Aníbal Quijano's decolonial perspective and offers a brief reflection on some discriminatory practices present within the Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). To this end, the article consists of three main parts: first, for contextualization purposes, a distinction is made between Decoloniality, Post-Colonialism and Subaltern Studies; then, an analysis is made of how gender and sexuality are important themes for decolonial theory according to the thinking of Aníbal Quijano; finally, a critique is made of some practices of prejudice, intolerance and discrimination present in the IECLB. The article is based on bibliographical research, consultation of church documents and social media pages of a specific group of IECLB members dedicated to exposing and discriminating against people because of their sexuality or their involvement in issues of gender, sexuality and ecumenism. We conclude, on the one hand, that gender and sexuality are among the fundamental themes of decolonial theory. On the other hand, given the contexts of discrimination presented, it is understood that the IECLB needs to position itself openly and publicly in relation to the practices of violence, prejudice and discrimination suffered especially by students in the church's ministerial training process.

Keywords: Gender. Sexuality. Decoloniality. IECLB. Discrimination.

Considerações iniciais

Ao participar de diversas atividades acadêmicas que trataram do tema da Decolonialidade, como componentes curriculares, seminários, palestras, congressos e discussões informais entre estudantes, é possível perceber que os temas de gênero e sexualidade, enquanto questões decoloniais, não recebem tanta atenção quanto outros temas.¹ As discussões sobre decolonialidade costumam abranger os temas ligados aos conceitos de raça, etnia, autoridade, globalização, modernidade, colonização, sustentabilidade, controle material e da subjetividade, mas poucas vezes se dá a mesma atenção aos temas de gênero e sexualidade.

Ao fazer uma revisão bibliográfica dos principais escritos da decolonialidade, percebe-se, por outro lado, que estes temas sempre aparecem como questões fundamentais. Mesmo assim, a partir da percepção das pessoas pesquisadoras em sua participação em eventos científicos, percebe-se os temas de gênero e sexualidade, enquanto questões propriamente decoloniais são abordados por pessoas que, por outros

¹ Toma-se como exemplo o V Congresso Internacional da Faculdades EST, que teve como eixos fundamentais Decolonialidade, Hermenêuticas e Espiritualidades. Na lista de trabalhos aprovados, apesar de ser possível encontrar pelos menos 20 trabalhos que abordam explicitamente o tema da decolonialidade, apenas um título de apresentação indica uma reflexão sobre gênero e nenhum indica uma reflexão sobre sexualidade em uma perspectiva/abordagem decolonial. cf. FACULDADES EST – NOTÍCIAS. **Veja a lista completa de trabalhos aprovados no V Congresso Internacional.** 2022. Disponível em: <http://www.est.edu.br/noticias/visualiza/veja-a-lista-completa-de-trabalhos-aprovados-no-v-congresso-internacional>. Acesso em 12 nov. 2023.



motivos, já trabalham com o tema em outras perspectivas. Assim, esses temas geralmente são abordados por pessoas pesquisadoras feministas e/ou aquelas que pesquisam sobre questões de sexualidade antes de pesquisar especificamente sobre decolonialidade e, por necessidade dos eventos e/ou publicações, elaboram uma proposta decolonial sobre o tema.

Entretanto, como será proposto nos seguintes tópicos, os temas de gênero e sexualidade merecem mais atenção enquanto temas próprios dos estudos decoloniais e podem (ou devem) ser abordados por pessoas que não trabalham ou pesquisam especificamente sobre esses temas fora da decolonialidade. Além disso, apesar da IECLB ser uma igreja luterana e fazer parte da comunhão de igrejas da Federação Luterana Mundial, que, como será exposto a seguir, atua em relação aos temas da discriminação, do preconceito, da intolerância e da busca pela paz e justiça social, existem grupos dentro da igreja que se dedicam a expor e discriminar pessoas por causa de sua sexualidade ou de seu posicionamento em relação aos temas de gênero e sexualidade.

Por isso, o objetivo principal deste artigo é fornecer uma reflexão sobre a importância de uma abordagem decolonial sobre tais temas no contexto da IECLB, especialmente pela busca de uma igreja que se posiciona institucional e publicamente como acolhedora às diversidades do ser e do existir. Para isso, com a intenção de contextualizar a pessoa leitora sobre a especificidade do tema da decolonialidade e sobre a importância de Aníbal Quijano para esta área de pesquisa, iniciamos a reflexão com uma diferenciação entre Decolonialidade, Pós-colonialismo e Estudos Subalternos.

Decolonialidade, pós-colonialismo ou estudos subalternos?

O termo 'pós-colonialismo' pode ser compreendido de duas maneiras: primeiro, como um período na história que marcou o início dos esforços pela libertação das influências coloniais em sociedades que foram exploradas e oprimidas durante o colonialismo, principalmente durante meados do século 20; segundo, o termo pode ser usado para se referir a um campo de estudos acadêmicos que abrange diversas teorias



e contribuições intelectuais.² Em essência, o pós-colonialismo é movido pelo compromisso de superar as relações opressivas do colonialismo e da colonialidade.³

Além disso, é importante destacar outro movimento que desempenhou um papel crucial no fortalecimento do pós-colonialismo como uma abordagem epistêmica, intelectual e política. Durante a década de 1970, no sul asiático, surgiu o Grupo de Estudos Subalternos, liderado por Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano. O objetivo principal desse grupo era realizar uma análise crítica não apenas da historiografia colonial da Índia produzida por europeus ocidentais, mas da historiografia eurocêntrica nacionalista indiana e da historiografia marxista ortodoxa.⁴ Ao dar voz às experiências das camadas subalternas da sociedade indiana, ele enriqueceu o debate pós-colonial ao abordar as complexas camadas de opressão e resistência nas sociedades colonizadas.

Na América Latina, inspirado pelos estudos pós-coloniais e subalternos, surge um grupo de pessoas pesquisadoras interessadas em desenvolver críticas às questões da colonialidade no contexto latino-americano. Na década de 90, um conjunto de pessoas pesquisadoras latino-americanas que residiam nos EUA se uniram para estabelecer o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Inspiradas principalmente pelo Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, o manifesto inaugural do grupo foi primeiramente divulgado em 1993, na revista *'Boundary 2'*, pela *Duke University Press*. Posteriormente, em 1998, o acadêmico Santiago Castro-Gómez encarregou-se da tradução do documento para o espanhol, publicando-o como *'Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos'*.⁵

Estas publicações marcaram um momento de expansão do movimento dos Estudos Subalternos no contexto latino-americano, que exerceu considerável influência sobre os debates acadêmicos e políticos na região, especialmente ao incentivar a reflexão sobre questões relacionadas à opressão colonial e ao fomentar uma compreensão mais crítica da história e da cultura latino-americanas. Entretanto, apesar de sua relevância, Walter Mignolo, um dos participantes do grupo, não estava contente com a abordagem dos estudos subalternos e pós-coloniais no contexto latino-americano.

² BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. p. 90. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

³ BALLESTRIN, 2013, p. 91.

⁴ BALLESTRIN, 2013, p. 92.

⁵ BALLESTRIN, 2013, p. 94.



Walter Mignolo aproveita também alguns elementos das teorias pós-coloniais para realizar uma crítica dos legados coloniais na América Latina. Mas, à diferença de Ileana Rodríguez e de outros membros do Grupo de Estudos Subalternos, Mignolo pensa que as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso latino-americano. Ecoando críticas anteriores de Vidal e Klor de Alva, Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina.⁶

Por causa de divergências teóricas entre as pessoas pesquisadoras do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, o grupo foi dissolvido em 1998. Grossfoguel e Mignolo afirmaram que tanto o grupo latino como o grupo asiático de estudos subalternos (o qual serviu de inspiração para a criação do grupo latino) não conseguiram romper com autores eurocêntricos e a crítica pós-moderna. Apesar de se tratar de dois grupos que elaboravam críticas ao colonialismo e a colonialidade, ainda tinham certa dificuldade em deixar de usar referências eurocêntricas em seus escritos.⁷

Assim, como alternativa, a partir de 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) começou a se formar por meio de diversos encontros acadêmicos e publicações. Entre as principais referências do grupo estão Walter Mignolo, Catherine Walsh e Aníbal Quijano. E entre os principais temas trabalhados pelo grupo (e que servem como sua base teórica e epistemológica) estão a Colonialidade do Poder, a Teologia da Libertação, a Filosofia da Libertação, a Teoria da Dependência, os debates sobre modernidade e pós-modernidade, os Estudos Feministas e a Teoria Pós-colonial.⁸ Segundo Ballestrin,

[...] o coletivo [o Grupo Modernidade/Colonialidade] realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de 'giro decolonial'.⁹

As pessoas autoras do Grupo M/C recusam pertencimento ao pensamento pós-colonial e aos estudos subalternos, e passam a estruturar aquilo que viria a ser o pensamento decolonial. Elas entendem que o pensamento pós-colonial e os estudos subalternos serviram de influência para a criação do grupo e para a elaboração da perspectiva da decolonialidade. Porém, decidiram se dedicar no desenvolvimento de uma perspectiva teórica que colocaria novas 'lentes' sobre os problemas específicos do

⁶ BALLESTRIN, 2013, p. 95.

⁷ BALLESTRIN, 2013, p. 95-96.

⁸ BALLESTRIN, 2013, p. 97-99.

⁹ BALLESTRIN, 2013, p. 89.



contexto latino-americano.¹⁰ Para Rita Segato, uma outra diferença entre a perspectiva da decolonialidade e a dos estudos pós-coloniais é o fato de que a primeira considera a colonialidade e a invenção das raças como base para compreender a ordem mundial globalizada e moderna.¹¹

A 'Colonialidade do Poder' (CdP), termo criado por Aníbal Quijano e amplamente utilizado pelo Grupo M/C, é um exemplo de tal perspectiva. O termo serve para indicar as relações ainda existentes de práticas de opressão, dominação e marginalização, que não deixaram de existir com o fim do colonialismo 'oficial' e são embasadas principalmente por uma concepção hierárquica de etnias e raças. A CdP propõe crítica aos controles coloniais da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Apesar da CdP ser uma teoria latino-americana, Segato afirma que o conceito ajuda a elaborar uma nova leitura da história mundial a partir de seus paradigmas.¹²

Por último, é importante destacar a sugestão de Catherine Walsh para o uso da expressão 'decolonização' (ou 'decolonialidade', no caso do presente artigo) em detrimento de 'descolonização', uma distinção que tem implicações relevantes na compreensão da identidade do Grupo M/C e do próprio conceito de decolonialidade. A supressão da letra 's' na palavra 'decolonização' realça a intenção de separar o projeto decolonial proposto pelo Grupo Modernidade/Colonialidade de uma concepção histórica de 'descolonização', associada à luta por libertação nacional durante a era da Guerra Fria.¹³

Esta sugestão reflete a importância de reconhecer a evolução do pensamento decolonial, que vai além da simples independência política, visando também a transformação de estruturas profundamente enraizadas na opressão e na colonialidade. Dessa forma, a escolha entre 'decolonização' e 'descolonização', que culmina na ideia de decolonialidade, não é meramente semântica, mas sinaliza a natureza inovadora e a ambição de reconfigurar as relações sociais e culturais que estão no cerne do projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade.

¹⁰ BALLESTRIN, 2013, p. 108.

¹¹ SEGATO, Rita Laura. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. *In*: QUIJANO, Aníbal (ed.). **Des/colonialidad y bien vivir**: un nuevo debate en América Latina. Lima, Perú: Editorial Universitária da Universidade Ricardo Palma, 2014. p. 40.

¹² SEGATO, 2014, p. 36-37.

¹³ BALLESTRIN, 2013, p. 108.



Gênero e Sexualidade no pensamento de Aníbal Quijano

Conforme o pensamento de Quijano, uma das formas mais características de domínio e de manutenção do poder, especialmente no contexto da colonialidade, é a naturalização de perspectivas, instituições e relações sociais dos povos dominantes sobre os povos dominados. Para adquirir tanto poder e se manter no domínio de sociedades por tanto tempo, a colonialidade forçou sobre diversos povos a naturalização das hierarquias raciais, étnicas, sexuais e de gênero e da exploração do corpo das pessoas consideradas 'inferiores'. Nesse sentido, Aníbal Quijano afirma que é necessário devolver o controle sobre aquilo que a colonialidade do poder roubou do povo: trabalho, sexo, gênero, subjetividade e autoridade.¹⁴

Assim, é possível perceber que colonialidade também tem relação com as questões de gênero e sexualidade. Inclusive, os estudos decoloniais costumam elencar esses mesmos cinco temas (trabalho, sexo, gênero, subjetividade e autoridade) como as principais áreas de influência da colonização e da colonialidade. Ou seja, em certo sentido, trata-se de dois dos cinco principais temas da decolonialidade. Quijano costuma levar em consideração tais temas, ainda que críticas possam ser feitas à sua abordagem sobre eles.¹⁵ O autor afirma o seguinte:

[...] [Quanto aos] conquistadores, sua ideologia religiosa, social e política não é apenas senhorial, ela é patriarcal, hierárquica, paternalista, autoritária e repressiva. Nessa categoria, as mulheres são, por definição, inferiores aos homens. É muito provável que a primeira esfera social de dominação tenha ocorrido nas relações entre homens e mulheres. Mas, quando se trata do século XVI, as mulheres são inferiores até que essa ideia de raça seja produzida. A partir de então, toda mulher de uma 'raça superior' é, por definição, superior a todo homem de uma raça 'inferior'. Portanto, a dominação que hoje chamamos de dominação de gênero não termina, mas é configurada, é tecida em torno da ideia de raça e, mais tarde, especialmente após a expansão colonial sobre o

¹⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón [ed.]. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 124-125.

¹⁵ Apesar de Quijano ressaltar a importância de tais temas para os estudos decoloniais, seus escritos parecem indicar uma noção binária de gênero, que ainda estaria subordinada à questão racial. Afirma-se que é necessário entender 'raça' e 'gênero' como categorias interdependentes e necessárias para compreender as concepções machistas e patriarcais da colonialidade. Nesse sentido, segundo Cláudia Costa, resistir ao projeto colonial também significa criticar e atualizar conceitos trabalhados pelas pessoas autoras da decolonialidade a partir das novas contribuições e perspectivas de outras teorias. Cf. COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 39, p. 45-59, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/29649/24801>. Acesso em: 12 nov. 2023.



resto do mundo, é produzida essa ideia de diversidade com a qual todos nós lidamos hoje.¹⁶

O autor também destaca a hipocrisia relacionada às normas e valores da família burguesa no mundo eurocêntrico, contrastando-os com a desintegração das unidades de parentesco nas populações não brancas, que eram tratadas como mercadorias e até mesmo como animais. Com isso, pode-se perceber um pouco da problemática relacionada à complexa dinâmica da CdP e sua influência duradoura nas estruturas sociais.¹⁷ Afinal, as mesmas regras e normas não são aplicadas a todas as pessoas da mesma forma, mas variam de acordo com sua classificação no sistema hierárquico eurocêntrico.

Outra questão que deve ser levada em conta é a do racionalismo eurocêntrico. O dualismo cartesiano separa a 'razão' da 'natureza' e afirma que a natureza pode ser explorada sem muita justificativa. Por isso, uma vez que a natureza pode ser explorada sem justificativas, as raças, que eram entendidas como algo 'natural', e, conseqüentemente, os povos não europeus poderiam ser dominados e explorados. Na perspectiva da colonialidade eurocêntrica, as pessoas europeias brancas e heterossexuais são possuidoras da razão e os demais povos, grupos e indivíduos são desprovidos dela. Por causa disso, as primeiras teriam um suposto direito de dominar e explorar as últimas conforme sua vontade.¹⁸

Segundo Quijano, neste processo histórico de colonização, no contexto da América Latina, as tradições e expressões culturais dos povos nativos e afrodescendentes foram suprimidas ou consideradas como inferiores em comparação com as tradições e culturas europeias e eurocêntricas. Conseqüentemente, estabeleceu-se uma perspectiva de supremacia do cristianismo, do racionalismo europeu, da pele branca, da estrutura familiar tradicional burguesa e da heteronormatividade sobre as religiões indígenas e afrodescendentes, as formas de produção de conhecimento de

¹⁶ QUIJANO, Aníbal. Sobre la colonialidad del poder: conferencia magistral impartida por Aníbal Quijano. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, [S.l.], n. 8, p. 1-6, 2013. Disponível em: <https://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/2792>. Acesso em: 10 set. 2023. p. 3, tradução nossa.

¹⁷ QUIJANO, 2007, p. 122-123.

¹⁸ QUIJANO, Aníbal. "Bien vivir": entre el "desarrollo" y la des/colonialidad del poder. In: QUIJANO, Aníbal (ed.). **Des/colonialidad y bien vivir: un nuevo debate en América Latina**. Lima, Perú: Editorial Universitária da Universidade Ricardo Palma, 2014. p. 27.



outros povos, as diferentes características físicas dos diferentes povos, as diferentes estruturas familiares e sobre a não heterossexualidade.¹⁹

Quijano fala sobre as práticas de resistência às estruturas do padrão de poder da colonialidade eurocêntrica como uma prática de ‘des/colonialidade’ do poder. Para se consolidar, a des/colonialidade do poder precisaria implicar nas seguintes práticas sociais:

a) a igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos, contra a classificação e identificação racial/sexual/social desigual da população mundial; b) portanto, nem as diferenças, nem as identidades, seriam mais a fonte ou o argumento para a desigualdade social dos indivíduos; e) os agrupamentos, os pertencimentos e/ou as identidades seriam o produto das decisões livres e autônomas de indivíduos livres e autônomos; d) a reciprocidade entre grupos e/ou indivíduos socialmente iguais, na organização do trabalho e na distribuição dos produtos; e) a redistribuição igualitária dos recursos e produtos do mundo, tangíveis e intangíveis, entre a população mundial; f) a tendência de associação comunitária da população mundial, em escala local, regional ou global, como o modo de produção e gestão direta da autoridade coletiva e, nesse sentido preciso, como o mecanismo mais eficiente de distribuição e redistribuição de direitos, obrigações, responsabilidades, recursos, produtos, entre grupos e seus indivíduos, em todas as esferas da existência social, sexo, trabalho, subjetividade, autoridade coletiva e corresponsabilidade nas relações com outros seres vivos e outras entidades do planeta ou do universo inteiro.²⁰

As diversas sociedades e povos colonizados, apesar de enfrentarem dificuldades específicas diferentes, compartilhem as mesmas aspirações contra o domínio do poder colonial: a igualdade entre todas as pessoas, a liberdade de pensamento e de expressão para todas as pessoas, a distribuição igualitária de recursos e o controle compartilhado por todas as pessoas sobre eles.²¹ Infelizmente, por causa da perspectiva eurocêntrica, termos como ‘desenvolvimento’ e ‘evolução’ não apenas adquirem certo sentido, como se tornam perspectivas fundamentais para as sociedades. Práticas de exploração de trabalho e de recursos da natureza são identificadas como exemplos de desenvolvimento e de modernidade porque contribuem para a manutenção dos paradigmas coloniais eurocêntricos.²²

A partir dessa mesma perspectiva, culturas, conhecimentos, etnias e características de pessoas são identificadas como ‘sub-desenvolvidas’, especialmente porque não se encaixam em tais paradigmas. Assim, o cristianismo seria mais

¹⁹ QUIJANO, 2007, p. 123.

²⁰ QUIJANO, 2014, p. 30, tradução nossa.

²¹ QUIJANO, 2014, p. 32.

²² SEGATO, 2014, p. 48-49.



desenvolvido que as religiões indígenas e afro, as pessoas brancas de ascendência europeia mais desenvolvidas que as pessoas negras e indígenas e a medicina europeia é mais desenvolvida do que os conhecimentos medicinais dos povos indígenas.²³ Da mesma forma, homens são vistos como superiores às mulheres e as pessoas heterossexuais como superiores às não heterossexuais.

Nesse sentido, percebe-se que sexo e gênero são temas relevantes para a análise e compreensão do processo de colonização e do ainda muito influente problema da colonialidade. O controle adquirido pela Colonialidade do Poder também passa pelo controle e pela hierarquização da sexualidade e do gênero. Os problemas econômicos, políticos, culturais, estruturais, institucionais e éticos causados pela colonialidade estão conectados pela mesma perspectiva da suposta superioridade do homem branco europeu e heterossexual. Dessa forma, compreender a problemática das hierarquias étnicas e raciais é tão importante quanto compreender as hierarquias da sexualidade e de gênero durante a análise dos processos de colonização e colonialidade e de seus muitos impactos nas sociedades colonizadas.

Assim, nossa suposição é a de que esse mesmo padrão de práticas coloniais pode se repetir nas comunidades da IECLB. Por fazer parte de um contexto de imposições coloniais, o mesmo padrão de dualidade hierárquica pode se repetir e, por isso, a crítica decolonial também deve ser aplicada às reflexões sobre a vida da Igreja. Além disso, a IECLB, apesar de não se declarar oficialmente como igreja que pretende ser decolonial, possui práticas e perspectivas comparáveis às das propostas decoloniais. Por isso, em seguida, refletiremos sobre algumas dessas perspectivas e sobre alguns exemplos de práticas discriminatórias que podem servir como exemplo de influência da hierarquia colonial eurocêntrica dentro da IECLB.

IECLB, Decolonialidade e práticas discriminatórias

A IECLB, enquanto Igreja Luterana e parte da comunhão de igrejas da Federação Luterana Mundial (FLM)²⁴, tem assumido cada vez mais compromissos

²³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLASCO, 2005. p. 117-118.

²⁴ A FLM é uma comunhão global de igrejas de tradição luterana. Para fazer parte da federação, as igrejas precisam aceitar a sua base doutrinária, conforme estabelecida por sua constituição. Para



contra a discriminação e o preconceito e a favor do acolhimento às diversidades do ser e do existir (enquanto elas não sejam prejudiciais a outras pessoas). Um dos exemplos mais recentes dessas práticas é implementação da Política de Justiça de Gênero²⁵, documento aprovado pelo 33º Concílio da Igreja e que “define princípios para a Justiça de Gênero, reafirma sua base bíblico-teológica e apresenta estratégias para a implementação de ações justas e equitativas entre as pessoas nos diferentes âmbitos da IECLB”.²⁶

Quando fala de seus valores essenciais, a FLM afirma seu comprometimento na luta pelos direitos humanos, pela justiça social, por uma distribuição mais justa de poder, recursos e oportunidades, pelo acolhimento de todas as pessoas, independentemente de sua condição social, de seu gênero, de suas condições físicas, e afirma a necessidade do respeito pelas diversidades do ser e do existir.²⁷ Além disso, a FLM deixa clara sua intenção de participar e se envolver no movimento ecumênico. Em seu *site* oficial, quando fala sobre a identidade luterana, elenca a questão do ecumenismo como uma das principais formas de atuação luterana no mundo. Afirma-se que

A FLM confessa a existência de uma única igreja santa, católica e apostólica. Fiéis às Escrituras, aos Credos Ecumênicos e às confissões luteranas, buscamos e promovemos ativamente a unidade que Deus já nos deu para fortalecer nosso testemunho do Evangelho de Jesus Cristo e o serviço à pessoa próxima. Por meio da nossa participação no movimento ecumênico, trabalhamos pela unidade entre as pessoas cristãs por meio da exploração teológica, do diálogo, da educação, da ação colaborativa e do serviço conjunto.²⁸

Em certo sentido, muitas dessas perspectivas e práticas podem ser comparadas às perspectivas e práticas da decolonialidade (ou da resistência das pessoas e dos

saber mais, cf. CONSTITUTION OF THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. **The Lutheran World Federation**, 2017. Disponível em: https://www.lutheranworld.org/sites/default/files/2022-02/lwf_constitution_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

²⁵ O documento faz parte da política institucional da IECLB e deve ser usado como instrumento missionário, como orientação para a vivência das comunidades e como parte da missão e da visão da igreja. Seus princípios devem ser colocados em prática de diferentes formas pelos órgãos nacionais, pelos sínodos, pelas paróquias e pelas comunidades da IECLB. Cf. MICHEL, Carmen (org.). **Política de justiça de gênero**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2023.

²⁶ POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Portal Luteranos**, 2023. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/politica-de-justica-de-genero-2>. Acesso em: 10 set. 2023.

²⁷ VISION AND VALUES. **The Lutheran World Federation**. Disponível em: <https://www.lutheranworld.org/who-we-are/vision-and-values>. Acesso em: 11 set. 2023.

²⁸ OUR LUTHERAN IDENTITY. **The Lutheran World Federation**. Disponível em: <https://www.lutheranworld.org/who-we-are/our-lutheran-identity>. Acesso em: 12 set. 2023, tradução nossa.



povos afetados pela colonização e pela colonialidade).²⁹ A luta pela liberdade de expressão, de pensamento e de práticas é extremamente característico da resistência à colonialidade. Por isso, muitos de seus movimentos assumem características de diálogo, de inclusão, de acolhimento, de união, de busca pela justiça para todas as pessoas, independentemente de qualquer coisa que as possa caracterizar, de busca pela paz e pelo cuidado às pessoas oprimidas e discriminadas.

Entretanto, é estranho fazer parte de uma Igreja que, ao mesmo tempo, é tão engajada na luta contra discriminações e preconceitos, mas não aceita pessoas não heterossexuais em seu ministério.³⁰ Diante dessa perspectiva da igreja, as pessoas estudantes não heterossexuais no processo de formação ministerial da IECLB precisam esconder sua sexualidade para poderem ser recomendadas ao ministério. A mesma Igreja que cobra de seus ministros e de suas ministras a prática do cuidado e do acolhimento, deixa claro que uma das questões mais importantes na identidade do ser humano, sua sexualidade, é fator decisivo no momento de recomendar ou não essas pessoas como ministros e ministras.

Em sua dissertação de mestrado, André Musskopf reuniu depoimentos de homens *gays* que, em algum momento, estiveram no processo de formação ministerial da IECLB. Os participantes relataram as seguintes situações: representantes da igreja pediram para um deles fingir que não era homossexual para poder receber um envio ministerial. Como ele se recusou, não foi enviado ao ministério e não lhe deram nenhuma explicação formal sobre o assunto; lideranças da igreja insinuaram que um deles seria pedófilo por ser homossexual; e lideranças da Faculdades EST pediram para um deles considerar uma troca de formação, pois não havia lugar para *gays* na Teologia. Muitas

²⁹ Um outro exemplo de perspectiva decolonial na IECLB é a existência do Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), que é um órgão da Igreja focado na atuação com povos indígenas no Brasil. Segundo o *site* da IECLB, a atuação do COMIN é pautada pelo respeito às culturas dos povos indígenas e apoio a partir de prioridades por eles e elas estabelecidas. Cf. QUEM É O CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS – COMIN. **Portal Luteranos**. Disponível em: https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/conselho-de-missao-entre-ndios-comin/quem-e-o-conselho-de-missao-entre-povos-indigenas-comin. Acesso em: 15 set. 2023.

³⁰ HOMOAFETIVIDADE: palavra da IECLB - o que dizem os manifestos e posicionamentos da Direção da IECLB. **Portal Luteranos**, 2011. Disponível em: https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/presidencia/homoafetividade. Acesso em: 12 set. 2023.



vezes, tais situações não são registradas por escrito e, por isso, são histórias silenciadas e esquecidas.³¹

Estes depoimentos revelam pessoas que viam a IECLB como igreja acolhedora, mas que tiveram experiências de preconceito e discriminação com suas lideranças por causa de sua sexualidade. E a situação se torna ainda mais problemática por causa das inconsistências entre diferentes posicionamentos da IECLB e da abordagem muitas vezes indireta sobre o tema. Conforme retratado pelos depoimentos citados, as pessoas não heterossexuais são convidadas a conversar em uma reunião sigilosa sobre sua sexualidade e as decisões que são tomadas pelas lideranças da igreja em relação ao tema não são registradas oficialmente.

Além disso, devido a sua pluralidade de linhas teológicas, alguns grupos fundamentalistas extremamente hostis às pessoas não heterossexuais e aos movimentos que lutam pelo fim da discriminação e pela justiça de gênero também fazem parte da IECLB. Algumas pessoas identificadas com determinados grupos criam páginas em redes sociais para expor o nome de pessoas não heterossexuais, de pessoas que se engajam em movimentos que lutam pela justiça de gênero, ou, incrivelmente, de pessoas que usam linguagem inclusiva em textos disponibilizados publicamente.

Um desses grupos é chamado de Aliança Luterana. Trata-se de um grupo de que compartilha *screenshots* de publicações de membros e membras da IECLB. Diante do padrão apresentado pelos compartilhamentos das páginas do grupo nos últimos anos, seu interesse é direcionado especialmente a publicações relacionadas às questões de gênero, sexualidade e ecumenismo. O grupo apaga suas páginas no Facebook e cria uma nova com certa frequência, por isso talvez seja possível que os exemplos aqui apresentados já não estejam mais disponíveis. Mesmo assim, vejamos dois exemplos de publicações e comentários na atual página do grupo 'Aliança Luterana' no Facebook:

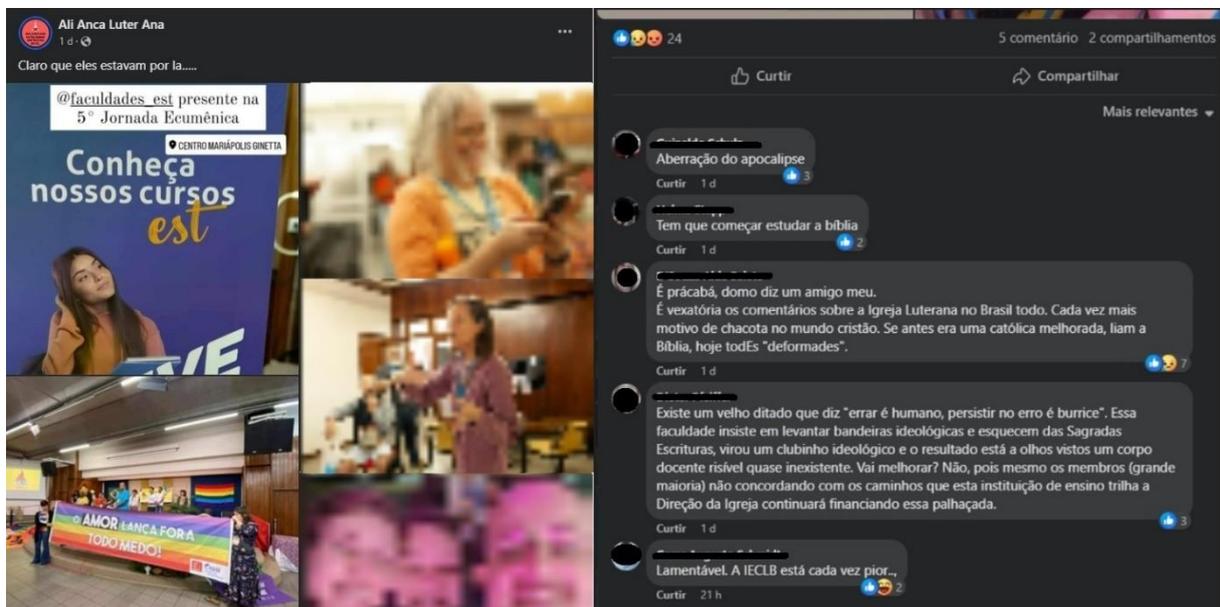
³¹ MUSSKOPF, André S. **Talar Rosa**: um estudo didático-histórico-sistemático sobre a ordenação ao ministério eclesiástico e o exercício do ministério ordenado por homossexuais. 2004. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2004. p. 20-54.

Figura 1 – Gênero.



Fonte: Página da Aliança Luterana no Facebook³².

Figura 2 – Sexualidade e Ecumenismo.



Fonte: Página da Aliança Luterana no Facebook³³.

Na primeira imagem, o grupo compartilha *screenshots* da apresentação de uma professora da Faculdades EST, que aborda questões de gênero, machismo,

³² Disponível em: <https://www.facebook.com/aliancaluterana2021>. Acesso em: 19 out. 2023.

³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/aliancaluterana2021>. Acesso em: 19 out. 2023.

heteronormatividade, patriarcado e 'santa família popular brasileira'. Além de citarem a professora nominalmente, caracterizam-na como "líder do grupo da militância de gênero da EST". Entre os comentários, chama a atenção frases como "é a treva do demo", "vão queimar no inferno esses malditos", "isto é de fato o passaporte para o inferno" e "fechem essas faculdades pois esses professores que tem ali não são mestres são cúmplices do mal".

Na segunda imagem, o grupo compartilha *screenshots* de uma publicação da página pessoal e privada de uma pessoa participante do evento '5ª Jornada Ecumênica', no qual se dialogou tanto sobre questões de ecumenismo como de sexualidade e gênero.³⁴ A publicação afirma "claro que eles estavam por lá", como se as pessoas das fotos fossem conhecidas do grupo, provavelmente relacionado com alguma outra publicação feita anteriormente sobre tais pessoas. Entre os comentários, chama a atenção "aberração do apocalipse", "tem que começar a estudar a bíblia", "hoje todes deformades", "a direção da Igreja continuará financiando essa palhaçada" e "a IECLB está cada vez pior".

A partir dessas publicações, é possível ter uma ideia do tipo de abordagem das pessoas deste grupo em relação a práticas e posicionamentos com as quais não concordam, especialmente quando são sobre os temas de gênero e sexualidade. Trata-se de uma exposição pública de pessoas estudantes no processo de formação ministerial e de lideranças da igreja e da Faculdades EST. O grupo faz questão de compartilhar o nome completo de tais pessoas e, sempre que possível, fotos delas em diferentes locais (mesmo que sejam fotos publicadas originalmente em perfil pessoal e privado). Além disso, as pessoas participantes do grupo fazem comentários hostis, discriminatórios, ameaçadores e preconceituosos sobre as pessoas em questão.

Uma Igreja que fala sobre o amor, sobre o acolhimento, sobre um Deus que cuida das pessoas que sofrem também é a Igreja na qual pessoas são atacadas por escreverem 'bem-vindos e bem-vindas'. A Igreja de confissão luterana, que um dia foi pilar de uma nova interpretação bíblica, que colocou a fé e o perdão em Jesus Cristo acima de todas as coisas, também é a igreja na qual pessoas são perseguidas, excluídas e oprimidas por causa de questões de gênero e de sexualidade. Infelizmente, a IECLB

³⁴ ORGANIZAÇÕES ecumênicas organizam 5ª Jornada Ecumênica 2023. **Koinonia**, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://kn.org.br/noticias/organizacoes-ecumenicas-organizam-5a-jornada-ecumenica-2023/11336>. Acesso em: 12 out. 2023.



também é formada por pessoas que se dedicam a perseguir, discriminar e oprimir outras pessoas.

Ser decolonial e lutar pelos direitos das pessoas não brancas, não heterossexuais, não cristãs, pobres e com deficiência parece arriscado no contexto da IECLB. Há uma grande resistência em relação aos temas da liberdade, do acolhimento e da justiça social e, infelizmente, as pessoas por trás dessa resistência têm certa influência. Não é de todo estranho que muitas pessoas de uma igreja majoritária e historicamente branca, heterossexual, patriarcal e de classe média ou alta não aceitem bem às críticas ao seu *status quo*. Parece-nos válido supor que nos encontramos mais uma vez em um momento importante para as histórias de resistência da América Latina, desta vez no contexto da IECLB. E, especificamente em um contexto de discriminação contra as mulheres e de extrema violência contra pessoas não heterossexuais, como é o caso do Brasil, a luta pelo acolhimento às diversidades se torna ainda mais relevante e necessária.³⁵

Considerações finais

Diante do apresentado, percebe-se que, a partir do pensamento de Quijano, os temas de gênero e sexualidade certamente são temas importantes para os estudos decoloniais. São questões fundamentais para analisar toda a problemática da colonialidade e de suas imposições hierárquicas, racistas, machistas, discriminatórias e eurocêntricas. Nesse sentido, as práticas de resistência e de transformação social decoloniais também devem levar em consideração a importância desses temas enquanto incentivam a perspectiva de acolhimento a todas as diversidades do ser e do existir.

Além disso, uma vez que a IECLB está inserida em um contexto de imposições coloniais, de pouca justiça de gênero e de perseguição às pessoas não heterossexuais, torna-se necessário também elaborar práticas de resistência e de transformação dentro das comunidades da Igreja. Existem elementos suficientes para se reconhecer a discriminação e a perseguição enfrentadas por estudantes e lideranças da IECLB, tanto

³⁵ A LGBTFOBIA NO BRASIL. **Fundo Brasil**. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 12 set. 2023.



em ambientes públicos, como no caso das redes sociais, como dentro da própria estrutura da igreja, seja na faculdade de Teologia ou em reuniões com suas lideranças.

Assim, nossa proposta é a seguinte: a igreja precisa se posicionar contra a discriminação, perseguição e exposição pública sofrida por pessoas estudantes e docentes de seus centros de formação ministerial e elaborar medidas de atuação diante de situações semelhantes. O tema precisa ser abordado direta e publicamente, as pessoas afetadas precisam receber algum tipo de auxílio e as pessoas que praticam a perseguição e a discriminação precisam ser, de alguma forma, confrontadas, levando em conta a possibilidade de identificá-las pelos perfis nas redes sociais ou pelos depoimentos de pessoas estudantes.

Por último, diante das inconsistências entre as perspectivas da IECLB e algumas situações dentro de sua estrutura, a igreja precisa decidir de uma vez por todas qual será a sua identidade. Se é de Igreja acolhedora às diversidades do ser e do existir, então por que não aceita pessoas não heterossexuais em seu ministério? É necessário pensar em formas de atuação em relação a práticas típicas do padrão eurocêntrico e hierárquico e as teorias decoloniais podem auxiliar a IECLB na elaboração de práticas de resistência e conscientização em relação às problemáticas discriminatórias da colonialidade.

Referências

A LGBTFOBIA NO BRASIL. **Fundo Brasil**. Disponível em:

<https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 12 set. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

CONSTITUTION OF THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. **The Lutheran World Federation**, 2017. Disponível em:

https://www.lutheranworld.org/sites/default/files/2022-02/lwf_constitution_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 39, p. 45-59, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/29649/24801>. Acesso em: 12 nov. 2023.



FACULDADES EST – NOTÍCIAS. **Veja a lista completa de trabalhos aprovados no V Congresso Internacional.** 2022. Disponível em:

<http://www.est.edu.br/noticias/visualiza/veja-a-lista-completa-de-trabalhos-aprovados-no-v-congresso-internacional>. Acesso em 12 nov. 2023.

HOMOAFETIVIDADE: palavra da IECLB - o que dizem os manifestos e posicionamentos da Direção da IECLB. **Portal Luteranos**, 2011. Disponível em: https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/presidencia/homoafetividade. Acesso em: 12 set. 2023.

MICHEL, Carmen (org.). **Política de justiça de gênero.** São Leopoldo: Editora Sinodal, 2023.

MUSSKOPF, André S. **Talar Rosa:** um estudo didático-histórico-sistemático sobre a ordenação ao ministério eclesiástico e o exercício do ministério ordenado por homossexuais. 2004. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2004.

ORGANIZAÇÕES ecumênicas organizam 5ª Jornada Ecumênica 2023. **Koinonia**, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://kn.org.br/noticias/organizacoes-ecumenicas-organizam-5a-jornada-ecumenica-2023/11336>. Acesso em: 12 out. 2023.

OUR LUTHERAN IDENTITY. **The Lutheran World Federation.** Disponível em: <https://www.lutheranworld.org/who-we-are/our-lutheran-identity>. Acesso em: 12 set. 2023.

POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Portal Luteranos**, 2023. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/politica-de-justica-de-genero-2>. Acesso em: 10 set. 2023.

QUEM É O CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS – COMIN. **Portal Luteranos.** Disponível em: https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/conselho-de-missao-entre-ndios-comin/quem-e-o-conselho-de-missao-entre-povos-indigenas-comin. Acesso em: 15 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. *In:* QUIJANO, Aníbal (ed.). **Des/colonialidad y bien vivir:** un nuevo debate en América Latina. Lima, Perú: Editorial Universitária da Universidade Ricardo Palma, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In:* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón [ed.]. **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores, 2007.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLASCO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Sobre la colonialidad del poder: conferencia magistral impartida por Aníbal Quijano. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, [S.l.], n. 8, p. 1-6, 2013. Disponível em: <https://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/2792>. Acesso em: 10 set. 2023.

SEGATO, Rita Laura. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. *In*: QUIJANO, Aníbal (ed.). **Des/colonialidad y bien vivir**: un nuevo debate en América Latina. Lima, Perú: Editorial Universitária da Universidade Ricardo Palma, 2014.

VISION AND VALUES. **The Lutheran World Federation**. Disponível em: <https://www.lutheranworld.org/who-we-are/vision-and-values>. Acesso em: 11 set. 2023.

Recebido em: 31 out. 2023.

Aceito em: 04 dez. 2023.